

PARA PENSAR UM JORNALISMO INTERSECCIONAL: propostas epistemológicas

THINKING ABOUT AN INTERSECTIONAL JOURNALISM: epistemological proposals

Lucas Santos Carmo CABRAL¹
Karina Janz WOITOWICZ²
Paula Melani ROCHA³
Muriel Emídio Pessoa do AMARAL⁴
Universidade Estadual de Ponta Grossa | Brasil

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão teórica que cruza Estudos Feministas e de Gênero com as Teorias do Jornalismo, especialmente o pensamento de Genro Filho (2012). Entendendo o Jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizado no singular, reconhece-se seu papel na produção de estereótipos e na manutenção do *status quo*, além de discutir os potenciais da atividade como reveladora de opressões através do que será chamado de um Jornalismo Interseccional. Percebendo o potencial do jornalismo enquanto indicador da particularidade por meio do singular significativo, identifica-se, utilizando a metáfora de Crenshaw (1989), a encruzilhada de opressões que é o sujeito como o singular e tais opressões, que são estruturais, enquanto o particular.

Palavras-chave

Feminismo Interseccional; Jornalismo e Gênero; Teoria do Jornalismo.

Abstract

This article proposes a theoretical reflection that crosses Feminist and Gender Studies with the Theories of Journalism, especially Genro Filho's (2012) propositions. Understanding Journalism as a form of knowledge crystallized in the singular, it recognizes its role in the production of stereotypes and in maintaining the *status quo*, in addition to discussing the potentials of the activity as revealing the oppressions that cross subjects through what will be called Intersectional Journalism. Perceiving the potential of journalism as an indicator of particularity through the significant singular, we identify, using Crenshaw's (1989) metaphor, the crossroads of oppressions that are the subjects as the singular and such oppressions, which are structural, as the particular.

Keywords

Intersectional Feminism; Gender and Journalism; Theory of Journalism.

RECEBIDO EM 15 DE SETEMBRO DE 2021
ACEITO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2022

¹ Mestrando e bolsista (CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: lcabral.98@gmail.com

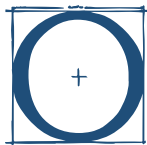
² Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG, bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. Contato: karinajw@gmail.com

³ Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Jornalismo da UEPG. Contato: pmrocha@uepg.br

⁴ Dr. do Curso de Jornalismo da UEPG. Contato: murielamaral@yahoo.com.br



Introdução



Objetivo deste artigo é refletir sobre parte da bibliografia disponível acerca das relações entre Jornalismo e Gênero, demonstrando uma visão, muitas vezes, pessimista de um jornalismo que reproduz e perpetua opressões e estereótipos (GONÇALVES, 2018; MIGUEL; PEDRO; RIAL, 2010). Além disso, busca-se evidenciar tentativas da literatura em oferecer alternativas a esse jornalismo (GONÇALVES, 2018; MORAES e SILVA, 2019). A partir disso refletiremos sobre o jornalismo como forma de conhecimento (GENRO FILHO, 2012) tentando demonstrar suas potencialidades, tantas vezes ignoradas, para além da reprodução do *status quo*.

É a partir do relacionamento entre as ideias de Adelmo Genro Filho (2012) e o Feminismo Interseccional (CRENSHAW, 1989; LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018) que surge o que chamaremos de um Jornalismo Interseccional. Um jornalismo que não precisa estar, necessariamente, vinculado a veículos alternativos e se aproveita de suas características que o mercado não é capaz de reprimir. Um jornalismo que é capaz de, a partir da singularidade, do indivíduo, revelar contradições e subjetividades quando tende à particularidade dos fatos (GENRO FILHO, 2012). Em outros termos, revelar o sujeito enquanto encruzilhada e as opressões que o cruzam enquanto parte de uma estrutura (CRENSHAW, 1989; LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018).

Se uma das principais dificuldades para se fazer um jornalismo revolucionário está na falta dos meios de produção e reprodução, toma-se a internet como um meio frutífero para este tipo de proposição. Além disso, ainda refletindo sobre *O Segredo da Pirâmide* (2012), entende-se que a abordagem aqui proposta antecede o formato ou o gênero

Lucas Santos Carmo **CABRAL** et al.

jornalístico, mas que a reportagem pode ser potencializadora das características do Jornalismo Interseccional, tendo em vista a proeminência do particular enquanto categoria estética (GENRO FILHO, 2012).

A primeira seção do artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica acerca dos estudos de Jornalismo e Gênero, que compreendem a base da reflexão proposta. A segunda parte introduz o pensamento de Adelmo Genro Filho (2012) e sua relação com as ideias aqui propostas, enfocando as contribuições do autor no âmbito das teorias do jornalismo. Por fim, define-se o que chamamos de Jornalismo Interseccional e suas possibilidades diante das demandas da atualidade, em uma articulação entre o conhecimento produzido pelo jornalismo e as contribuições das teorias de gênero. Desse modo, ao se caracterizar como um trabalho de base conceitual, o artigo se propõe a promover interfaces epistemológicas para lançar luz sobre o desafio de repensar as bases hegemônicas do jornalismo.

O que dizem os estudos?

Muitos estudos são bem sucedidos em demonstrar as relações do jornalismo e seus preceitos com a construção de estereótipos, perpetuação de papéis sociais e opressões, além de evidenciar as próprias relações de gênero, classe e raça como determinantes no conteúdo e no mercado jornalístico. Não é a intenção deste artigo mapear tais discussões ou abraçar todos os pensamentos, mas é relevante para o trabalho destacá-las e discutir brevemente alguns dos modos como o jornalismo é tratado e algumas vertentes que podem ser caras às reflexões aqui propostas.

Reconhece-se o papel do jornalismo e da mídia de modo geral na produção e na reprodução de sentidos sobre a realidade. Hasan e Gil

(2016), ao estudar a comunicação com viés de gênero, reconhecem que os jornais estão longe de ser os únicos espaços e os causadores do problema, mas que são uma ferramenta importante para sua manutenção ou combate. As autoras defendem que eles “son instituciones culturales que construyen y producen determinadas formas de ver el mundo y valorarlo” (HASAN; GIL, 2016, p. 269).

Ao observar exemplos de coberturas, as autoras demonstram e explicam como a violência de gênero gerada pelo patriarcado e que o sustenta, pode ser justificada e legitimada no espaço jornalístico, fortalecendo novamente o sistema patriarcal (HASAN; GIL, 2016, p. 270). Além da pesquisa mencionada, alguns estudos baseados em monitoramento de meios⁵ ofereceram contribuições para um diagnóstico do tratamento discriminatório baseado nas questões de gênero na mídia e, conseqüentemente, para o reconhecimento da necessidade de superar discursos que reforçam estereótipos.

Esta acción permitió sensibilizar a sectores de la opinión pública y, en algunos puntos, incluso logró modificar el comportamiento de ciertos medios, como también la adopción de ciertas políticas públicas para frenar los excesos. Sin embargo, los límites de esta estrategias se han hecho evidentes, pues en conjunto, poco ha cambiado (BURCH, 2009, p. 14).

Burch (2013) destaca a importância de promoção de um enfoque de gênero na comunicação, associada à eliminação de imagens discriminatórias de mulheres na mídia, de modo a reequilibrar o discurso dominado por perspectivas hegemônicas. É neste aspecto que cabe

⁵ Entre estas iniciativas, em grande parte desenvolvidas por entidades voltadas aos movimentos em defesa dos direitos das mulheres, pode-se citar algumas realizadas no contexto latinoamericano: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (orgs.). Por todos los medios: Comunicación y Género. Ediciones de las Mujeres n. 23. Santiago de Chile: Isis Internacional, 1996; TORRES, Carmen (ed.). Género y comunicación: el lado oscuro de los medios. Ediciones de la Mujer, n. 30. Santiago de Chile: Isis Internacional, 2000; BONDER, Gloria. Mujer y comunicación: una alianza posible. Buenos Aires: Asociación Mundial para la Comunicación Cristiana; CEM – Centro de Estudios de la Mujer, 1995; ALONSO, Martín Oller; MÁRQUEZ, Maria Cruz Tornay (orgs.). Comunicación, Periodismo y Género: una mirada desde Iberoamerica. Sevilla: Ediciones Egregius, 2016.

Lucas Santos Carmo **CABRAL** et al.

discutir os parâmetros a partir dos quais o jornalismo se desenvolve e o que eles representam na reprodução de desigualdades. Entre eles, o inalcançável princípio de objetividade torna-se uma referência importante por colocar em xeque as escolhas que compreendem o processo de produção jornalística e carregam condicionantes marcados por construções socioculturais. Afinal, diversos estudos demonstram que os conteúdos dos jornais são cruzados frequentemente por valores subjetivos e que, muitas vezes, reproduzem o status quo. Os próprios “valores-notícia são permeados por valores sociais hegemônicos” (MORAES; SILVA, 2019).

É importante compreender esse papel por conta do lugar ocupado pela mídia na sociedade. Diversas pesquisas mostram que é possível entender a mídia como um lugar de educação que “dissemina, prescreve e perpetua valores e códigos de comportamento e de conduta” (MIGUEL; PEDRO; RIAL, 2010, p. 201), ou ainda como um espaço de construção de imagens e que os discursos generificados reproduzidos pelo jornalismo apresentam limites entre masculino e feminino, heterossexual e homossexual, entre outros (GONÇALVES, 2018). Como pode-se observar, tais imagens e limites não são foco exclusivamente dos estudos feministas, mas também de estudos LGBTQI+ ou de masculinidades, por exemplo, evidenciando como se criam padrões e desvios.

Algumas pesquisas tiram, ainda, o foco do conteúdo e observam também o mercado de trabalho jornalístico, as relações de gênero e o impacto das mulheres nas redações (MONTIEL, 2010, 2014; ROVETT GONEM, 2013). De acordo com Waitowicz e Rocha (2018, p. 57), as assimetrias de gênero estão caracterizadas na ocupação quanto aos mercados formal e informal de trabalho, aos cargos e funções, à distribuição geográfica no país e também aos tipos de veículo, que interferem na “prevalência de uma cultura profissional ainda masculina”. O

que se nota é que, apesar de serem maioria no mercado, as mulheres ainda não ocupam cargos de chefia, ainda parece existir uma visão de que a figura de liderança deve ter atributos masculinos e uma estratificação da profissão por elementos discriminatórios, uma reprodução de estereótipos como os das “emoções femininas versus masculinas”, violência e assédio contra mulheres jornalistas, entre diversos outros fatores que ainda precisam ser superados (FIGARO, 2018; SILVA, 2010).

Marcia Veiga da Silva (2010) identifica que as mesmas divisões sociais parecem existir também nos valores-notícia do jornalismo, criando valores-notícia masculinos e femininos (SILVA, 2010). A constatação demonstra, mais uma vez, que o jornalismo é diretamente cruzado por questões sociais. Silva (2010) é responsável pela afirmação de que o masculino é o gênero do jornalismo e reflete, juntamente com Moraes, sobre a noção da objetividade jornalística na reprodução de opressões por gênero e raça (MORAES; SILVA, 2019). Pode-se acrescentar, ainda, que tal masculinidade/objetividade do jornalismo é frágil, funcionando como um ritual estratégico de defesa dos jornalistas (TUCHMAN, 1993) e que, quando questionada, tanto na prática quanto em determinados espaços de produção teórica, pode gerar desconforto.

É a partir dessas reflexões que surgem algumas propostas de modos alternativos de se fazer jornalismo, das quais duas serão destacadas neste trabalho. Uma delas está em artigo de Moraes e Silva (2019) em que se identifica a subjetividade como uma ferramenta descolonizadora do jornalismo. A segunda se encontra em artigo de Gonçalves (2018), em que dialogam os Estudos em Jornalismo e a Teoria Queer e, por fim, se propõe a ideia de “tornar o jornalismo queer”.

Como já mencionado, Silva e Moraes discutem o ideal da objetividade enquanto reprodutor de ideologias como o machismo e o racismo e propõem uma virada epistemológica no jornalismo que reconheça a subjetividade também como constituinte dos produtos

Lucas Santos Carmo **CABRAL** et al.

jornalísticos, tão relevante quanto inevitável. Fala-se de um jornalismo que “preza pela semelhança e não pela diferença” (2019, p. 17 e 18) e que, por isso, não traz visões espetacularizantes de grupos historicamente oprimidos.

O uso da emoção nesse jornalismo, segundo as autoras, se dá “pelo não apagamento da jornalista/do jornalista na produção”, entendendo que seu papel não é de protagonismo, mas que é fundamental (MORAES; SILVA, 2019, p. 18). Para traduzir a relação Eu-Outro, é necessário reconhecer o Eu enquanto situado e limitado (2019, p. 18). Somente essa percepção e reconhecimento já seria um ganho para o jornalismo.

A perspectiva das autoras é de que se adotem “fenômenos rechaçados historicamente pelo jornalismo” e que podem ajudar, até mesmo, a compreender a crise do jornalismo que está muito além do mercado e se configura como “uma fratura nas formas de representação calcadas pelo mesmo” (MORAES; SILVA, 2019, p. 19). Tal perspectiva está de acordo com o que se busca no presente artigo; todavia, tenta-se, aqui, evidenciar que existem potencialidades no modo de fazer jornalismo que se constituiu historicamente e é hoje hegemônico.

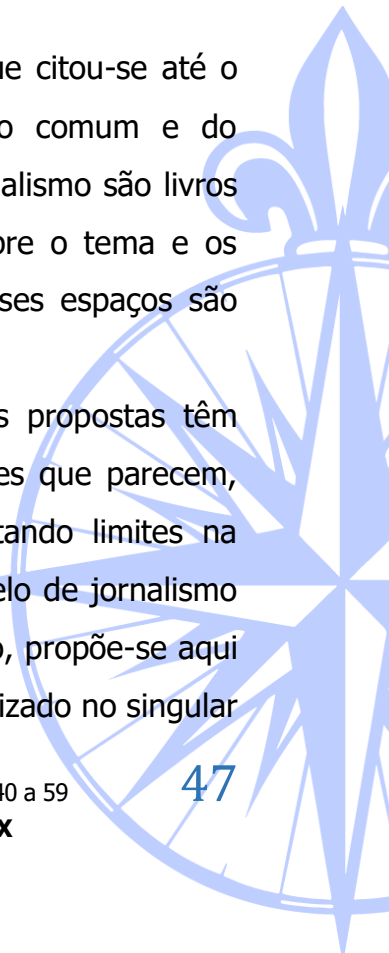
Gonçalves (2018) reconhece, através da Teoria Queer, que o jornalismo, apesar de seu papel como reprodutor de opressões, tem potencial para evidenciar a heteronormatividade e explorar “transgressões, singularidades e fluidez” (GONÇALVES, 2018, p. 182). Porém, o jornalismo ecoa “vozes dominantes, masculinas, brancas e heterossexuais” (2018, p. 183) que reproduzem valores hegemônicos. De acordo com essa perspectiva, costuma-se esquecer de pensar que o jornalismo produz representações e os produtos são tomados como uma realidade única. Identifica-se que parte disso é o objetivo do próprio jornalismo, que quer ser traduzido como realidade.

O caminho indicado pela Teoria Queer, segundo Gonçalves (2018), está em “deslocar sentidos, desnaturalizar ideias, reconfigurar discursos” (2018, p. 184). O autor faz indicações de obras que ressaltam a importância das vozes e dos corpos de sujeitos, focando em livros reportagem que fogem ao padrão de um “jornalismo tradicional”. Trata-se, segundo ele, de uma fuga do positivismo, da precisão, do masculino e do universal (2018, p. 185).

Para Gonçalves (2018) essas narrativas são prova de que o discurso jornalístico pode ser um contradiscurso e se opor a pensamentos hegemônicos e nocivos de, novamente, representação do Outro. Narrativas que escutam pessoas, para além das transformações tecnológicas. Tais colocações que aparecem até aqui parecem passar por uma desconstrução do próprio jornalismo. Identificam-se pontos de encontro e relevância nos “modos de fazer” apresentados por Silva e Moraes (2019) e Gonçalves (2018), mas eles aparecem como contraditórios aos tradicionais valores do jornalismo. É necessário, interpretando os pontos de vista apresentados, transformar o jornalismo como um todo.

Algo que se percebe em comum dentre aquilo que citou-se até o momento é que se tratam de propostas de fuga do comum e do tradicional. As iniciativas em que se identificam esse jornalismo são livros e reportagens aprofundadas que permitem reflexão sobre o tema e os sujeitos de modo geral. Identifica-se, desde já, que esses espaços são frutíferos para um jornalismo diferenciado.

Os estudos conseguem revelar contradições e as propostas têm total validade, mas propõem revoluções e transformações que parecem, em certos momentos, distantes da realidade, apresentando limites na identificação de possibilidades e potencialidades do modelo de jornalismo que temos hoje. Em tentativa de realizar esse movimento, propõe-se aqui pensar no jornalismo como forma de conhecimento cristalizado no singular



Lucas Santos Carmo **CABRAL** et al.

e que, apesar de suas raízes burguesas, tem potencial revolucionário, conforme defendido por Adelmo Genro Filho (2012), sem deixar de lado as questões que foram até aqui apresentadas e tentando realizar um cruzamento com alguns pensamentos feministas.

Para além da culpa

Em *O Segredo da Pirâmide*, Genro Filho (2012), não deixa de reconhecer o papel do jornalismo na manutenção do *status quo*, mas se propõe a pensar além disso. Antes de explicar de qual jornalismo está falando e qual é a sua defesa, o autor tece críticas aos mais diversos aportes teóricos, passando por estudos considerados funcionalistas e pela escola de Frankfurt, demonstrando falhas no reconhecimento do objeto jornalístico e da sua independência.

O autor destaca, durante todo seu percurso teórico, que “o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz” (GENRO FILHO, 2012, p. 23) e que ele se constitui como um fenômeno que ultrapassa “os contornos ideológicos de sua gênese burguesa” (2012, p. 23). Discute-se, portanto, “o jornalismo como produto histórico de uma sociedade burguesa” (2012, p. 23), e acrescento, tendo em vista o foco do artigo, patriarcal e branca, mas que tem potencialidades que ultrapassam esse próprio modelo de sociedade, por mais contraditório que isso pareça de início.

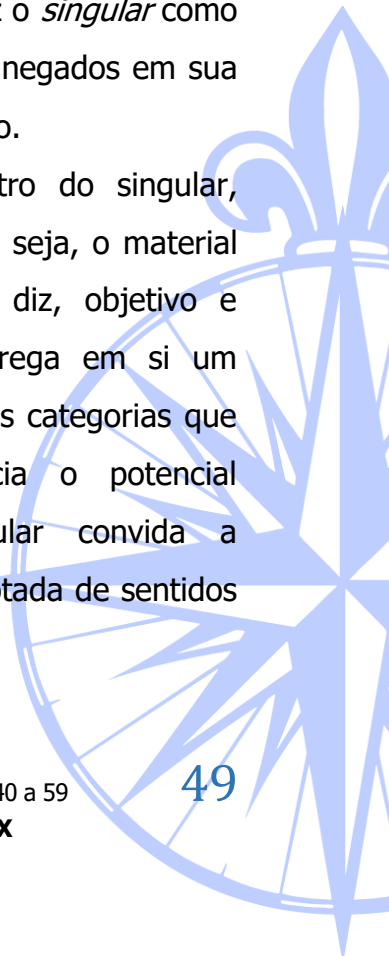
A relação entre objetividade jornalística e a subjetividade dos sujeitos ou a questão da objetividade como algo inalcançável não é tomada como um problema. Desde o início se reconhece que “há um componente subjetivo inevitável na composição mesma do fato, por mais elementar que ele seja” (GENRO FILHO, 2012, p. 45) e esse fator é, de

alguma forma, determinante para o potencial da atividade. Aqui já se pode identificar relações com alguns dos estudos citados anteriormente.

A análise de Genro Filho tem como base as categorias da filosofia clássica alemã do *singular*, *particular* e *universal*. As mesmas categorias foram utilizadas por Lukács para compor uma estética marxista aplicada à arte. Resumidamente e apropriando-se das definições apresentadas pelo autor, o *singular* é o imediato compartilhado, experienciado de modo relativamente direto. O *particular* está no subjetivo, abstrato, culturalmente definido, constituído na atividade social e que carrega em si pressupostos *universais* quase sempre implícitos (2012, p. 168).

Na arte, o *singular* também está presente, mas é arbitrário, definido pelo particular e superado por ele. Da mesma forma, no conhecimento científico, todas as demais categorias estão presentes, mas este alça o *universal*, um nível de definição conceitual. Ou seja, as três categorias funcionam juntas e não existem independentes uma da outra. O jornalismo, porém, em contraste com as duas outras modalidades do conhecimento já citadas, busca o *singular*. Busca a reprodução de um evento pelo seu lado quase imediato, da experiência. Traz o *singular* como ponto convergente do *particular* e do *universal*, que são negados em sua independência, mas mantidos como horizonte do conteúdo.

A superação do *particular* e do *universal* dentro do singular, segundo Genro Filho, cria um "*singular significativo*". Ou seja, o material jornalístico não é somente, ao contrário do que se diz, objetivo e totalmente aberto à interpretação do leitor, mas carrega em si um significado de acordo com as relações feitas entre as três categorias que estão em jogo. Tal constatação somente evidencia o potencial revolucionário do jornalismo informativo. "O singular convida a subjetividade a integrá-lo numa totalidade mais ampla dotada de sentidos e valores" (GENRO FILHO, 2012, p. 143).



Lucas Santos Carmo **CABRAL** et al.

O jornalismo do qual Genro Filho está falando permanece nos mesmos moldes do jornalismo tradicional, mas possui uma potencialidade para além dele. A ideia também permite compreender que tal jornalismo, revolucionário, pode e deve ser feito de dentro das redações dos veículos hegemônicos e manter espaços independentes. Um jornalismo que ultrapassa a universalidade que se manifesta através de interesses particulares.

Parte do potencial descrito por Genro Filho (2012) está justamente no fato de que, historicamente, ao longo de seu desenvolvimento, o jornalismo encontrou uma linguagem capaz de se aproximar, atrair e de informar leitores(as) sobre fatos em seus cotidianos, o singular, ao mesmo tempo em que consegue revelar suas características particulares.

Trata-se da ideia de que a atividade é capaz de revelar as contradições da sociedade através de fatos singulares. Tais contradições são inerentes à sociedade capitalista e tendem a ficar cada vez mais evidentes em conflitos e movimentos sociais. Quase que de modo espontâneo, o jornalismo, por sua essência, passa a revelar, para além do pensamento hegemônico, tais contradições.

É um movimento do repórter, que é descrito em outros trabalhos, que “perceives a difference between what is (the observed reality) and what should be (as articulated in law or policy)” (BROUSSARD, 2015, p. 4). Broussard (2015) complementa, ainda, que uma boa reportagem nasce da observação de tal diferença e da explicação dos motivos para que ela exista. A citação é apenas um exemplo de como essa prática jornalística pode ser identificada em outros trabalhos acadêmicos, demonstrando que o que está proposto aqui não é uma fuga da atividade como a conhecemos.

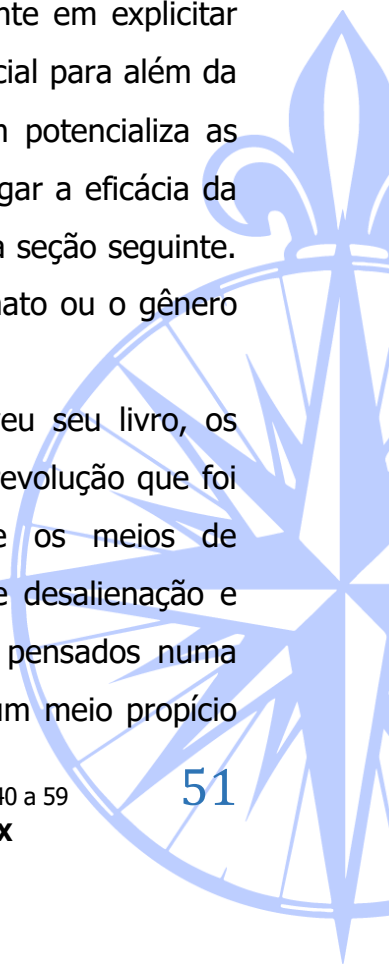
A pirâmide de Genro Filho (2012) está em pé e configura o texto jornalístico da singularidade, na ponta e no lide, para a particularidade, na

base. O que muda, de acordo com os formatos trabalhados, é o tamanho da base da pirâmide. Um material sensacionalista é extremamente singularizante, reduzindo a dimensão particular da notícia e é sempre conservador. O equilíbrio está na pirâmide com seus três lados iguais, onde se pode realizar uma apreensão crítica dos fatos. E aqui se introduz a reportagem, a pirâmide de base maior que os lados, como um formato que aumenta a dimensão particular do fato, rico em conexões e contextualização.

O particular estético encontrado na arte não é preponderante e nem deve passar a ser o objetivo do texto, mas em alguns momentos pode ser alcançado. Para a proposta de reflexão deste artigo, entende-se que a reportagem sai do singular e tem nele seu foco, mas cria um particular relativamente independente que coexiste com ele. Tendo em vista que é justamente na relação entre o singular e o particular que está o potencial revolucionário do jornalismo, toma-se a reportagem como um formato frutífero para a revelação das contradições de uma sociedade burguesa, patriarcal, racista e homofóbica.

O poder de *O Segredo da Pirâmide* está justamente em explicitar que o formato básico do jornalismo, a notícia, tem potencial para além da manutenção do *status quo*. Entender que a reportagem potencializa as características de um Jornalismo Interseccional não é negar a eficácia da notícia em revelar as relações que serão aprofundadas na seção seguinte. A abordagem proposta, portanto, deve anteceder o formato ou o gênero jornalístico.

No momento em que Genro Filho (2012) escreveu seu livro, os meios de comunicação estavam relativamente longe da revolução que foi causada pela internet, mas o autor reconhece que os meios de comunicação de massa representam “potencialidades de desalienação e de autoconstrução consciente” (2012, p. 90) se forem pensados numa perspectiva revolucionária. Percebe-se a internet como um meio propício



Lucas Santos Carmo **CABRAL** et al.

para tais pensamentos, além de reconhecer as ferramentas disponíveis como fortalecedoras do trabalho jornalístico de revelação do singular e do particular, tanto na apuração quanto na construção do conteúdo.

Soma-se a isso a ideia de que cada vez mais pessoas têm a possibilidade de falar e, até mesmo, serem ouvidas. Se o jornalismo necessitava de meios mais eficazes que a comunicação interpessoal (GENRO FILHO, 2012, p. 182) e esses meios estavam justamente nas mãos de quem possuía capital financeiro para comprá-los, hoje tais meios estão, no mínimo, um pouco mais acessíveis. Não pretende-se cair na falácia da internet como um ambiente democrático e igualitário, mas não podemos deixar de reconhecer suas potencialidades.

Por fim, identifica-se na internet uma abundância de material com foco no singular e que não explora as articulações possíveis, o que gera um ambiente “hipersingularizado”. Pode-se dizer que é um ambiente que carece ou, no mínimo, deixa espaços disponíveis para o tipo de jornalismo de que aqui se fala. Portanto, para além de um caráter revolucionário, se trata também de uma estratégia de entrada ou permanência no mercado. Indo além, pode se tratar de um pensamento possível como saída para a crise do jornalismo.

Por um jornalismo interseccional

Nos estudos de gênero, a interseccionalidade vem como uma perspectiva analítica na tentativa de compreender as convergências entre gênero, classe, raça, entre outros marcadores sociais. Lago, Kazan e Thamani (2018) identificam que as relações entre gênero, sexualidades e jornalismo está cada vez mais presente em estudos e que esses trabalhos parecem ser, em sua maioria, iniciativas de estudantes, mas que são essenciais para colocar a discussão em pauta na academia. Todavia, as

questões étnico-raciais permanecem quase invisíveis (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018, p. 125).

A interseccionalidade, popularizada por Crenshaw (1989), impulsiona pesquisas que reconheçam que não deve existir uma hierarquização das opressões, ou seja, que a opressão de classe não é nem mais e nem menos importante do que o racismo, por exemplo, e que os sujeitos são também resultados dessas múltiplas opressões. O movimento passa, ainda, por perceber que a pesquisa acadêmica de modo geral parece contaminada por um racismo estrutural e lutar contra isso. Uma luta que requer a construção de uma epistemologia que leve em conta “entrecruzamentos que criam realidades muito complexas e que precisam ser olhados nessa complexidade” (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018, p. 129).

Genro Filho (2012) está preocupado com uma sociedade dividida em classes e evidencia potenciais do jornalismo em revelar as contradições dessa estrutura, mas isso não impede que acrescentem-se as mais diversas categorias de um feminismo interseccional, principalmente se levarmos em conta que a particularidade, a singularidade e a universalidade são também determinadas por elas.

Biroli e Miguel (2015) discutem o conceito e os estudos de interseccionalidade na atualidade e demonstram, utilizando Kergoat (2010), que os diversos entrecruzamentos da interseccionalidade são definidos de forma relacional e o peso que cada um tem é determinado contextualmente (2015, p. 48). O autor e a autora concluem ainda que tais estudos combatem um problema de desconexão entre a produção de conhecimento e as vivências das pessoas (2015, p. 50).

As pesquisas, no entanto, apesar de considerarem os indivíduos, não defendem uma redução das “análises ao nível da individualidade” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 50). O movimento passa por reconhecer que, apesar de se materializarem nos indivíduos, “as opressões são estruturais”

Lucas Santos Carmo **CABRAL** et al.

(2015, p. 50). Esse modo de trabalho está diretamente ligado à ciência, no geral, que busca sempre o universal, como demonstra Genro Filho (2012).

O individual e a singularidade que são temidos no processo científico, porém, são a matéria-prima do jornalismo em sua essência, conforme Genro Filho (2012). Isso não impede, ainda, que o processo inerente à produção de conhecimento jornalístico, tendendo ao particular, demonstre que as mesmas opressões que se materializam na singularidade são estruturais. A quebra de barreira entre o concreto e a produção de conhecimento é própria do jornalismo e é por isso que se defende um Jornalismo Interseccional.

É possível, a partir daqui, emprestar a metáfora de Crenshaw (1989), assim como fizeram Biroli e Miguel (2015). A autora realiza uma analogia com um cruzamento no trânsito, por onde passam carros vindos de diversas direções. Caso ocorra um acidente, ele pode ter sido causado por carros vindos de qualquer direção, de múltiplas direções. Do mesmo modo “if a Black woman is harmed because she is in the intersection, her injury could result from sex discrimination or race discrimination” (CRENSHAW, 1989, p. 149). Não há como descartar uma opressão, da mesma forma que não seria possível descartar um carro de um acidente.

Quando discute a objetividade jornalística, Genro Filho (2012) exemplifica com um assassinato que é possível dizer que “Pedro ‘matou’, ‘assassinou’ ou ‘tirou a vida’ de João. Ou, ainda, que Pedro apenas executou, sob coação, um crime premeditado por terceiros. Não posso esconder, entretanto, que Pedro atirou contra João e que este resultou morto” (Genro Filho, 2012, p. 197). O que não pode ser escondido é também o potencial de um Jornalismo Interseccional, com toda a particularidade que pode ser revelada nos entrecruzamentos do fenômeno.

Um Jornalismo Interseccional compreende o indivíduo, o cruzamento, enquanto o *singular* constituinte da notícia ou da reportagem tem o potencial de evidenciar cada uma das opressões que compõem tal encruzilhada na medida em que sempre tende à *particularidade*. E levando em conta a relevância que deve ser atribuída ao caráter estrutural das questões, defende-se que uma presença acentuada de contextualização do fenômeno em dada particularidade é ainda mais relevante. Por isso entende-se a reportagem como um formato propício para esse jornalismo, situando também as opressões enquanto estruturais. Não se deve esperar um nível científico de desenvolvimento teórico/reflexivo nos materiais jornalísticos, pois isso anularia a própria essência do objeto e seu potencial revolucionário.

Temos, portanto, no que aqui se chama de Jornalismo Interseccional, o reconhecimento da possibilidade de revelação de algo maior através do singular que se encontra nessas encruzilhadas de opressões que são as pessoas. Ao retratar situações de violência cotidiana o jornalismo informativo *pode* revelar as contradições de uma sociedade machista, racista, homofóbica, entre tantas outras opressões que podem ser listadas.

Apesar de reconhecer as possibilidades geradas pela internet para a realização de um jornalismo alternativo que antes teria maiores dificuldades para sua realização com relação ao aparato tecnológico, o jornalismo do qual aqui se fala não está vinculado à tecnologia em que se sustenta e nem ao meio de comunicação. A importância dos veículos independentes é evidente e foi revelada também por autoras citadas aqui (BURCH, 2009; HASAN; GIL, 2016). Porém, um Jornalismo Interseccional pode se materializar tanto em veículos independentes, nos quais poderíamos buscar exemplos, quanto nos grandes veículos nacionais de comunicação e na chamada mídia hegemônica. Esta é, inclusive, uma das

Lucas Santos Carmo **CABRAL** et al.

potências de se pensar o jornalismo informativo e suas capacidades revolucionárias.

O jornalismo de que se fala também não é novo e nem está sendo inventado neste artigo, o que seria de uma pretensão enorme, mas já é praticado das mais diversas maneiras revelando opressões estruturais, de modo mais ou menos explícito. Compreendendo um potencial específico do formato reportagem, precisa se pensar também no lugar que ela ocupa no jornalismo hoje. Este não é o foco do artigo e envolveria um estudo de amplitude maior, mas não se pode deixar de reconhecer que há uma precarização do trabalho nos jornais diários e que um jornalismo que exige maior tempo de dedicação está sendo prejudicado.

Pensar o Jornalismo Interseccional é, também, reconhecer e evidenciar um sistema de opressões, perceber que as coisas *estão* e não *são* e que o jornalismo pode e, se acreditamos na profissão, deve ser pensado para além do modo como as coisas *estão*. É perceber, ainda, utilizando ideias de um Feminismo Decolonial, que mostrando as situações o jornalismo também pode evidenciar um sistema que oprime, explora e invisibiliza pessoas que são essenciais para seu funcionamento (VERGÈS, 2020).

Considerações finais

Este artigo se detém a discutir um conceito de Jornalismo Interseccional através de estudos acerca do Feminismo Interseccional e a teoria de Adelmo Genro Filho (2012), que demonstra no jornalismo uma potência que vai além de produzir e reproduzir estereótipos, senso comum e opressões, se mostrando como uma ferramenta potencialmente revolucionária.

Trata-se de uma reflexão teórica que, no espaço de um artigo, possui diversas limitações. Os limites, porém, revelam também espaço

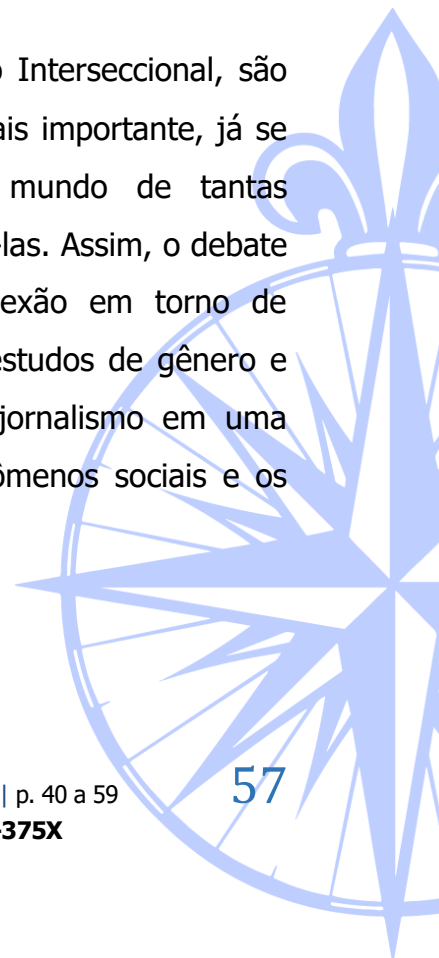
para discussão, perguntas que ainda devem ser respondidas e possíveis aplicações do que foi aqui discutido. O Jornalismo Interseccional já é praticado? Onde podemos encontrá-lo? Quais são as características de seu conteúdo? Quem está pensando nesse jornalismo?

Além disso, o presente estudo realiza um diálogo entre os estudos de Jornalismo e Gênero e um texto que já pode ser considerado clássico das teorias do Jornalismo. As possibilidades, porém, são ainda maiores. Não são poucos os estudos que buscam pensar o jornalismo para além da reprodução do status quo e que poderiam fortalecer ainda mais o debate proposto.

Se a profissão passa por um momento de crise e não é possível “preservar ou restaurar o jornalismo no formato praticado ao longo dos últimos 50 anos” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 33), é importante pensar e repensar novos modos de praticar a atividade. A defesa que se faz aqui é a de que, em um mundo cada vez mais singularizado pela internet, a articulação própria do jornalismo e a revelação do particular é essencial e pode ser uma das ferramentas capazes de manter viva esta forma de conhecimento.

Há muito espaço para se fazer um Jornalismo Interseccional, são muitas as situações que podem ser pautadas e, o mais importante, já se torna difícil deixar de fazê-lo. Afinal, em um mundo de tantas encruzilhadas e opressões, se torna impossível ignorá-las. Assim, o debate teórico aqui traçado se apresenta como uma reflexão em torno de conceitos oriundos das teorias do jornalismo e dos estudos de gênero e também como uma proposição para a prática do jornalismo em uma perspectiva que contemple a complexidade dos fenômenos sociais e os entrecruzamentos que envolvem os sujeitos.

Referências



- ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, v. 5, n. 3, p. 30–89, 2013.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27–55, 2015.
- BROUSSARD, M. Artificial intelligence for investigative reporting: Using an expert system to enhance journalists' ability to discover original public affairs stories. **Digital Journalism**, v. 3, n. 6, p. 814–831, 2015.
- BURCH, S. **Comunicación, organización y género. Ellas tienen la palabra**. Quito: ALAI, 2009.
- BURCH, S. Movimiento de mujeres: La comunicación con enfoque de género. In: LEÓN, O. (Ed.). **Democratizar la palabra: Movimientos convergentes en comunicación**. Quito: Agencia Latinoamericana de Información, 2013. p. 117–120.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 31, 1989.
- FIGARO, R. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2, p. 546–567, 30 ago. 2018.
- GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.
- GONÇALVES, G. O. Tendências queer nos estudos brasileiros de jornalismo e gênero. In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P. DA; MARTINEZ, M. (Eds.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018. p. 172–192.
- HASAN, V. F.; GIL, A. S. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. **La ventana. Revista de estudios de género**, v. 5, n. 43, p. 246–280, jun. 2016.
- LAGO, C.; KAZAN, E.; THAMANI, M. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P. DA; MARTINEZ, M. (Eds.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018. p. 124–140.
- MIGUEL, R. DE B. P.; PEDRO, J. M.; RIAL, C. S. "Luz, câmera, ação": a publicidade em cena nas páginas da Capricho (décadas de 1950 e 1960). In: **Estudos In(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 207–232.
- MONTIEL, A. V. Las mujeres y el derecho humano a la comunicación: su acceso y participación en la industria mediática. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. LII, n. 208, p. 81–95, 2010.

MONTIEL, A. V. Igualdad de género, poder y comunicación: las mujeres en la propiedad, dirección y puestos de toma de decisión. **La Ventana**, n. 40, p. 186–212, 2014.

MORAES, F.; SILVA, M. V. DA. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero**: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWOMDTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ROVETT GONEM, F. Percepciones sobre desigualdades de género en el trabajo periodístico. **Global Media Journal**, v. 10, n. 20, p. 54–73, 2013.

SILVA, M. V. DA. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993. v. 2. p. 74–90.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. S.l.: Ubu editora, 2020.

WOITOWICZ, K. J.; ROCHA, P. M. Repensar os parâmetros hegemônicos no jornalismo: a perspectiva de gênero na produção jornalística e na formação profissional. In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (Eds.).

Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo. São Paulo: Life Editora, 2018. p. 53-68.

